



Do almoxarifado central às unidades básicas de saúde: a logística de distribuição de materiais e medicamentos

Natália Daniella Santos Silveira, Luiz Guilherme Cotrim, Adeilson Alves Rocha, Kelly Jaciara Fernandes Silva, Márcio Antônio Alves Veloso

Introdução

Ao abordar o tema “Saúde no Brasil”, surgem questionamentos sobre a qualidade dos serviços prestados em saúde pública e a abrangência desses serviços. Filas intermináveis, longo período de espera por atendimento médico, falta de profissionais especializados e falta de medicamentos, são algumas das situações vivenciadas pelos usuários do Sistema Único de Saúde.

A utilização de medicamentos tornou-se prática indispensável na contribuição para o aumento da qualidade e da expectativa de vida da população. Com a criação de leis e regulamentações, a logística de materiais e medicamentos no setor público de saúde vem trazendo consigo um viés para uma pesquisa em relação à atenção que o governo em âmbito Federal, Estadual e Municipal atribui no respectivo setor.

Através de um estudo na cidade de Montes Claros, baseado em uma pesquisa exploratória tentou-se identificar os possíveis entraves do setor público em âmbito Municipal, envolvendo a questão da logística de medicamentos fazendo uma análise desde a compra dos mesmos até a entrega ao consumidor.

Para dar fundamento, o estudo baseou-se em pressupostos tais como: falta de prioridade política, excesso de burocracia por parte das unidades centrais e possíveis falhas na cadeia de gestão dos suprimentos, onde foi delimitado o seguinte problema: Quais seriam as principais características e entraves no processo de aquisição e distribuição de materiais e medicamentos no setor público?

Este estudo, caracterizado como uma pesquisa exploratória, teve por objetivo principal descrever e analisar a logística de distribuição de materiais e medicamentos realizada pela prefeitura municipal de Montes Claros. Ainda buscou, como específicos, descrever o processo de recebimento e conferência dos itens no almoxarifado central e nas Unidades Básicas Saúde, identificar a política de armazenagem e distribuição dos itens nos respectivos setores, apurar a forma de realização dos inventários, identificar o prazo médio para aquisição de materiais e medicamentos para os respectivos setores e apontar como é feita a entrega dos medicamentos aos usuários.

Material e Métodos

A presente pesquisa descreve e analisa como o é processo logístico e de distribuição de materiais e medicamentos realizada pela prefeitura municipal de Montes Claros – MG. Neste caso foi realizada uma pesquisa de caráter exploratório e qualitativo. O método de pesquisa utilizado foi o estudo de caso.

A construção do estudo se deu em duas etapas. Na primeira etapa foi realizada pesquisa bibliográfica e a segunda etapa consiste em levantamento de dados sobre a problemática levantada diretamente nos órgãos responsáveis do setor de medicamentos da cidade.

A coleta das informações foi focada na obtenção de dados numéricos como investimentos, gastos, média de atendidos.

Resultados e Discussão

A cidade de Montes Claros, situada no norte de Minas Gerais possui uma população de 370.216 pessoas segundo dados do censo do IBGE de 2010. A cidade está a 425,9 km de distância de Belo Horizonte. A cidade, por ser a maior do norte do estado é referência na área da saúde atendendo a demanda dos outros 89 municípios que compõem a região. A cidade possui atualmente, 96 UBS (Unidades de Saúde Básica), 2 Policlínicas fazendo uma cobertura de 83,19% da população, para um total de 308.000 cobertas pelo atendimento.

Para suprir esses estabelecimentos com materiais farmacêuticos, no último ano, a União (âmbito Federal), transferiu cerca de R\$ 214.490.351,62 para a saúde de Montes Claros e segundo a portaria nº 1555 de 30 de julho, do capítulo II do financiamento, para a assistência farmacêutica foi transferido cerca de R\$ 3.532.691,08 do valor total. Segundo a portaria nº 1555 de 30 de julho, do capítulo II do financiamento Art. 3º, o financiamento do Componente Básico da Assistência Farmacêutica é de responsabilidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme normas estabelecidas nesta Portaria com aplicação, no mínimo de R\$ 5,10 por habitante/ano pela União e R\$ 2,36 por habitante/ano pelo Governo e município, ambos para financiar a aquisição dos medicamentos e insumos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica.

O Almoxarifado possui 280 tipos de itens que são distribuídos entre as instalações (UBS, Policlínicas e Hospital) de modo que 53% do total são direcionados as UBS/CAPS, 20% do total direcionados ao Hospital Alpheu de Quadros,

16% do total direcionados as Estratégias de Saúde pela Família e os 11% direcionados as Policlínicas Alto São João e Ariosto.

Os usuários que são atendidos pelas ESF's, adquirem os medicamentos por meio de receitas onde serão orientados para a farmácia da própria UBS. Para aqueles que fazem o uso de medicamentos contínuos, a receita é renovada a cada 3 meses.

Os medicamentos que não estão disponível às farmácias das UBS, podem ser encontrados nas "Farmácias Populares1 do Brasil" que oferecem descontos significativos. O prazo de entrega dos medicamentos após a compra é de até cinco dias úteis .

Conclusões

O presente estudo objetivou em descrever e analisar o processo de logística e distribuição de materiais e medicamentos do setor público de saúde em Montes Claros-MG. Fundamentado na teoria que se baseia na logística de distribuição, pode-se perceber que a cadeia de suprimentos do setor farmacêutico público da cidade opera funcionalmente, porém alguns empecilhos dificultam a eficiência das operações.

Um dos maiores entraves observados é a burocracia em excesso, que ocasiona maior gasto de tempo e custos. Os recursos advindos do âmbito estadual e federal não são suficientes para suprir a demanda local visto que o mesmo continua estagnado há anos. Há problemas de armazenamento visto que o almoxarifado não comporta a utilização de um estoque de segurança devido à falta de espaço.

Percebe-se também, problemas relacionados ao processo de compras. As dificuldades começam a partir da procura por orçamento para definição de preço mínimo a ser solicitado no pregão. A Prefeitura Municipal possui dívidas com algumas empresas da cidade e a falta de adimplência faz com que os fornecedores não se interessem por realizar os orçamentos.

As políticas de distribuição estão inteiramente ligadas com a deficiência no setor, visto que, a forma de repasse de verbas que ocorre nos três âmbitos é per capita e anual, fazendo com que a administração do setor planeje e faça o orçamento de tudo que irá precisar para então comprar, compras essas não sendo totalmente realizadas pela escassez de recursos que são repassados.

Conclui-se que, para resolver as possíveis deficiências no setor, é indicada como melhoria uma revisão quanto à política de licitações, compras e repasses de recursos, confirmando esse fato baseando nos índices feitos nos orçamentos analisados no ultimo ano, onde somente 35% do total repassado, está destinado para uma população de aproximadamente 370 mil habitantes na cidade e outros advindos de cidades próximas.

Outra possível deficiência a ser melhorada é a burocracia que envolve a cadeia de suprimentos. Foi percebido durante a pesquisa de campo que todo o processo é documentado em papel, pois o almoxarifado não possui um sistema integrado de gestão que facilite o registro e controle das operações. Implantando um SIG (Sistema Integrado de Gestão), os setores irão trabalhar no tempo certo e o prazo de entrega para o reabastecimento das UBS acarretará a satisfação do consumidor final.

Referências

- [1] BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Gestão municipal de saúde: leis, normas e portarias atuais**. Rio de Janeiro: BRASIL. Ministério da Saúde, 2001.
- [2] **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 29, DE 13 DE SETEMBRO DE 2000**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc29.htm>. Acesso em 25/05/14.
- [3] NOVAES, A. G. **Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos: estratégia, operações e planejamento**. Rio de Janeiro: Campos, 2001.
- [4] **PORTARIA Nº 2.121, DE 6 DE MARÇO DE 1998**. Disponível em: < <http://dtr2001.saude.gov.br/sas/portarias/port98/GM/GM-2121.html>>. Acesso em 25/05/14.
- [5] **PORTARIA Nº204/GM DE 29 DE JANEIRO DE 2007**. Disponível em: < http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2007/prt0204_29_01_2007_comp.html> . Acesso em 25/05/2014.
- [6] VIANA, João José. **Administração de materiais: um enfoque prático**. 1 ed., 13 reimp. São Paulo: Atlas, 2010



FÓRUM ENSINO • PESQUISA
EXTENSÃO • GESTÃO
FEPEG

UNIVERSIDADE: SABERES E PRÁTICAS INOVADORAS

Trabalhos científicos • Apresentações artísticas
e culturais • Debates • Minicursos e Palestras



24 a 27
setembro
Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro

www.fepeg.unimontes.br

Tabela 1. Orçamento 2013 – Receita

Fonte: Site da Transparência da Prefeitura de Montes Claros

Orçamento 2013 – Receita

Tipos de Receitas	Prefeitura Municipal		Fundo Municipal de Saúde		Porcentagem Arrecadada em Saúde	
	Previsão Líquida	Arrecadação Líquida	Previsão Líquida	Arrecadação Líquida	Total Previsto em %	Total Arrecadado em %
Receitas Correntes	R\$ 610.815.400,00	R\$ 584.775.946,39	R\$ 229.185.400,00	R\$ 211.304.989,52	33%	35%
Receitas de Capital	R\$ 71.068.000,00	R\$ 6.168.014,22	R\$ 3.185.000,00	R\$ 3.185.362,10		
Receitas Correntes Intra-Orçamentarias	R\$ 13.912.000,00	R\$ 14.061.216,28	R\$ 232.370.400,00	R\$ 214.490.351,62	100%	100%
Total do Período	R\$ 695.795.400,00	R\$ 605.005.176,89				

Tabela 02. Orçamento 2013 – Receita

Fonte: Site da transparência da Prefeitura de Montes Claros

Orçamento 2013 – Receita

Tipos de Receitas	Prefeitura Municipal		Distribuição das Verbas	
	Previsão Líquida	Arrecadação Líquida		
Receitas Correntes	R\$610.815.400,00	R\$584.775.946,39	Secretaria Municipal de Saúde	R\$ 223.927.954,92
	R\$ 71.068.000,00	R\$ 6.168.014,22		
Receitas de Capital	R\$ 13.912.000,00	R\$ 14.061.216,28	Medicamentos e Equipamentos hospitalares	R\$ 3.532.691,08
Receitas Correntes Intra-Orçamentarias	R\$ 695.795.400,00	R\$605.005.176,89		
Total do Período	R\$695.795.400,00	R\$605.005.176,89	Total Geral do Fundo Municipal de saúde	R\$ 214.490.351,62